

## **Políticas Educacionais de Inclusão de Alunos com altas Habilidades/ Superdotação na Educação Básica**

*Bárbara Macêdo Silveira Nolêto*

---

### **Resumo**

Este artigo trata da legislação, documentos, publicações e programas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura sobre a educação inclusiva com ênfase na inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação na classe comum. Considera a identificação das competências de cada indivíduo, as oportunidades e opções educacionais oferecidas para que sejam respondidas as necessidades dos alunos com altas habilidades/superdotação, seus talentos sejam desenvolvidos através de adequações curriculares e flexibilização da metodologia do ensino e ocorra a efetiva inclusão destes alunos nas classes comuns conforme previsto na política educacional brasileira.

**Palavras-chave:** altas habilidades/superdotação, inclusão, política educacional brasileira.

### **Educational Politics of Inclusion of Great Mental Abilities Students in the Basics Education**

#### **Abstract:**

This article treat of the legislation, documents, publications e programs of the Secretariat Special Education of the Ministry Education and Culture about inclusive education emphasizing the inclusion of great mental ability students in the basics education. Consider the identification of the abilities of each student, opportunities and educational options provides in order that to be able provision the special needs of great mental abilities, their talents developed by curricular adequacy and flexible system and happen the inclusion according to brazilian educational politics

**Keywords:** great mental abilities, inclusion, brazilian educational politics.

---

A educação especial no modo inclusivo, que vemos em construção no sistema educacional da educação básica, deve-se à consonância do Brasil aos postulados produzidos em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, onde foi reconhecida a necessidade e urgência do providenciamento de todos os portadores de necessidades educacionais especiais dentro da rede regular de ensino. Estes postulados resultaram na Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994).

Após a Declaração de Salamanca, a política de educação inclusiva teve como objetivo atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente em classes comuns da rede regular de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, através de uma reestruturação dos sistemas de ensino. Estas necessidades estão definidas nesta declaração como originárias em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. A partir de então, todos os documentos, publicações e programas da Secretaria de Educação Especial (SEESP) sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais fundamentam-se neste conceito mais abrangente.

Entretanto, apesar de vermos um progresso significativo na Educação Especial, uma reestruturação no sistema de ensino, após essa conferência, a atenção da Educação Especial ainda tem sido voltada quase que, exclusivamente, para alunos portadores de deficiência, seja ela auditiva, física, mental, visual ou múltipla, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, parece que as escolas públicas têm esquecido que, após a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Educação Especial passou a abranger a inclusão de todos os portadores de necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, estas necessidades não se limitam a deficiências de causa orgânica, mas além destas, condutas ou manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, Síndrome de Down, autismo e altas habilidades/superdotação.

Segundo os conceitos do censo escolar 2005 da Educação Especial ([www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)), os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que durante o processo educacional apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem. Portanto, fica claro que não são apenas os alunos com algum tipo de deficiência que requerem um atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, mas também aqueles que têm necessidades educacionais especiais em função de condições, disfunções, limitações ou dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos (não relacionadas à deficiência auditiva ou surdez), bem como possuir altas habilidades/superdotação (AH/SD).

É importante salientar que os portadores de altas habilidades e os superdotados – como os que apresentam dificuldades de adaptação escolar ou de aprendizagem – permanecem igualmente discriminados e à margem do sistema educacional também como o eram os deficientes, devido às suas necessidades específicas e, por esta razão, requerem um tipo avançado de educação, mais motivador e estimulante.

No Brasil, as pesquisas e o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotados não são tão recentes como se costuma pensar. Helena Antipoff (1992) foi pioneira na área, começando a escrever sobre o tema em 1929.

Segundo Pérez (2004), no Rio Grande do Sul, as iniciativas estão concentradas em Porto Alegre e Santa Maria. Na capital do Estado, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades, no Rio Grande do Sul, conta com o Centro de Desenvolvimento, Estudos e Pesquisas nas Altas Habilidades.

Em 1995, foram traçadas as Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos (Brasil, 1995), desde então surgiram iniciativas, documentos e publicações da SEESP sobre alunos com altas habilidades/superdotação em classes regulares e com apoio pedagógico especializado, tais como o Projeto Escola Viva, que surgiu com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, baseado na Declaração de Salamanca, trouxe como tema prin-

principal alunos com necessidades educativas especiais e, em seu primeiro volume da série dois, tratou da identificação e atendimento das necessidades educativas especiais dos alunos com altas habilidades/superdotação; os **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Brasil, 1999)** e **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos (Brasil, 1995)**, entre outras publicações específicas que contribuíram para a identificação e inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação nas classes comuns.

Porém a prática é remota, visto que exige uma adequação curricular e flexibilização das metodologias de ensino e, sobretudo, que se saiba quem são esses alunos e como identificá-los. Por isso, na verdade, em muitas escolas que não há a preocupação da identificação, esses alunos são rotulados como aqueles trabalhadores, indisciplinados ou hiperativos. Muitas vezes, eles abandonam a escola por falta de motivação ou dificuldades de relacionamento e por necessitarem de um serviço de apoio especializado para enriquecimento curricular, motivação e promoção de suas habilidades.

Sobre essa questão, o atendimento educacional dos alunos com altas habilidades/superdotação, no Brasil, até 2005, era muito limitado. A partir deste período, a SEESP vem desenvolvendo uma política de atenção às altas habilidades/superdotação em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, através da implantação dos Núcleos de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S). Tais núcleos têm como objetivo: atender aos alunos com altas habilidades/superdotação, promover a formação e capacitação dos professores. Mas as escolas precisam conscientizar-se de que estes serviços devem ser oferecidos na escola, numa sala de apoio ou sala de recursos multifuncionais e que este Núcleo seja um ponto de referência para a construção da escola inclusiva.

Por conseguinte, o que se tem visto é que a política educacional brasileira, em nível de ministério, tem incentivado, mobilizado, enviado recursos para que a inclusão se efetive; no entanto a política de muitos

municípios não tem abraçado a inclusão na forma como ela deve ocorrer, principalmente no que se refere a alunos que possuem necessidades educativas especiais que estão relacionadas a alguma deficiência de ordem orgânica, como os que possuem AH/SD que também têm necessidades educativas especiais, contudo não tem apoio pedagógico especializado nas escolas públicas.

Todavia, para que ocorra a inclusão dos alunos com AH/SD na escola regular e para que estes recebam apoio pedagógico especializado são necessárias algumas ações. Em primeiro lugar é imprescindível saber, através de procedimentos de identificação destes alunos: Quem são esses alunos? Como identificá-los? Quais estratégias adotar para a identificação destes alunos na escola? Quais os objetivos dessa identificação? Em que esta identificação deve estar baseada?

Outras ações ainda são necessárias: organizar os serviços da escola inclusiva com apoio pedagógico especializado aos alunos com AH/SD, formar professores para atuação em Salas de recursos multifuncionais a fim de que possam ter as condições mínimas necessárias para atendê-los, capacitar os professores da classe comum para que saibam fazer as adaptações curriculares e adequações necessárias, assim como flexibilizar suas metodologias.

A pessoa com altas habilidades/superdotação apresenta características próprias na sua interação com o mundo, traduzidas por uma forma peculiar de agir, questionar e organizar seus pensamentos e suas potencialidades; tal pessoa pode ser observada ao destacar-se sempre de uma maneira original e criativa com que resolve um problema ou situação, seja acadêmica, prática ou social.

A definição de quem são as pessoas com altas habilidades/superdotação, nas políticas da Educação Especial, envolve o entendimento de dois conceitos - inteligência e superdotação - os quais se apresentam sob diferentes conceituações; além disso, a definição de pessoas com altas habilidades/superdotação, nos documentos oficiais brasileiros, encontra-se fundamentada no referencial teórico de Renzulli (2004) no seu Modelo dos Três Anéis, que difere do conceito absoluto de "ser superdotado", o qual define que a pes-

soa com Altas Habilidades/**Superdotação** é aquela que apresenta comportamentos freqüentes e prolongados, que manifestam a interseção de três características: habilidades acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. Estes traços necessitam do suporte do meio ambiente para a promoção do seu desenvolvimento. *As crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e que o aplica a qualquer área potencialmente valiosa do desempenho humano.*

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) define que as pessoas com altas habilidades/superdotação são os alunos da educação especial que apresentam:

*Notável desempenho e elevadas potencialidades em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora (BRASIL, 1994, p. 7).*

Este conceito é o adotado pela Secretaria de Educação Especial, por considerar abrangente e remeter a uma questão básica que é a **competência** deste sujeito. Os adjetivos notáveis e elevados, acrescentados aos comportamentos apresentados por esta pessoa, indicam uma preocupação com sua produção quantitativa acima da média.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 1995) esta definição é enriquecida, configurando-se da seguinte forma:

*[...] altas habilidades referem-se a comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de ‘traços consistentemente superiores em relação a uma média [...] em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por “traços” as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com freqüência e duração no repertório dos comportamentos da*

*pessoa, de forma a poderem ser registrados em épocas diferentes em situações semelhantes. (BRASIL, 1995, p. 13).*

Esta segunda definição propõe uma concepção de acordo com um movimento para valorizar mais os aspectos qualitativos do comportamento destes sujeitos, muito embora ainda apresente a questão quantitativa ao considerar o sujeito com altas habilidades/superdotação comparado a uma média, por meio dos traços superiores. Outro aspecto positivo que apresenta esta segunda definição é que ela é mais ampla que a primeira e não está restrita aos ambientes educativos.

Existe ainda uma terceira definição oficial brasileira, de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Especial (BRASIL, 2001, p. 39), que caracteriza os sujeitos com altas habilidades/superdotação como aqueles que apresentam:

*[...] grande facilidade para aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares em classe comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar (BRASIL, 2001, p. 39).*

Apesar de ser criticada por alguns profissionais da área, esta definição traz uma compreensão sistêmica e diferenciada das anteriores, pois valoriza o processo de aprendizagem destes sujeitos também nas áreas afetiva e social e ao mesmo tempo apresenta as alternativas de atendimento previstas para estes alunos e destaca o compromisso dos sistemas de ensino na promoção destas atividades.

As características das pessoas que apresentam altas habilidades/superdotação variam, porque cada uma delas apresenta um perfil diferenciado de pensar, de aprender, de agir e de desenvolver seu potencial e nem todos apresentam as mesmas características, visto que elas podem variar em grau de intensi-

dade e na forma de sistematizar os comportamentos. Contudo, há um elenco de características consideradas universalmente, como: curiosidade e vivacidade mental, motivação interna, persistência na área de seu talento, facilidade de compreensão e percepção da realidade, capacidade de resolver problemas, energia, habilidade em assumir riscos, sensibilidade, conduta criativa e pensamento original e divergente.

Ressalta-se que, em conformidade com os estudos atuais sobre as **altas habilidades/superdotação**, não se considera que o indivíduo apresente estes traços somente pela soma de uma série de comportamentos ou somente pela herança biológica, mas sim pela forma sistêmica como tais comportamentos interagem entre si e com o ambiente. Importante saber que o ambiente estimulador é o que mais favorece para a manifestação e desenvolvimento das altas habilidades.

As diferentes modalidades de atendimento oferecidas ao aluno com necessidades educativas especiais na escola comum são alternativas de procedimentos didáticos específicos adequadas às necessidades do público alvo, que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados. Segundo documentos distribuídos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2001, 2005) são: classe comum, sala de recursos, ensino com professor itinerante.

O atendimento em classe comum é definido, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), como “[...] um serviço que se efetiva por meio do trabalho em equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial [...]”, visando apoiar, complementar e/ou suplementar as necessidades educacionais especiais destes alunos. Portanto, fica evidenciada nesta afirmação a importância do trabalho conjunto entre o professor regente e o professor capacitado na área das altas habilidades/superdotação.

A sala de recursos é uma modalidade de atenção destinada ao atendimento especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação, no contraturno. Constitui-se em um serviço de natureza pedagógica, feito por professor especializado, por meio de programas de atividades específicas e que tem por objetivo a “[...] elaboração de um programa educacional desafi-

ador, que ofereça uma combinação entre desenvolvimento social e acadêmico, levando em conta o ritmo, o nível e os padrões de aprendizagem de cada aluno” (BRASIL, 2006, p. 33). No caso específico do atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação, é viável que todas as atividades ali desenvolvidas, principalmente as oficinas de enriquecimento, sejam extensivas a todos os alunos da escola, independente da identificação das altas habilidades. Tal orientação se fundamenta em dois aspectos: por um lado, no próprio processo de identificação pela provisão, no qual as atividades estimulantes podem funcionar como desencadeantes de habilidades que não foram observadas nos alunos, em sala de aula. Por outro lado, considerando a concepção de uma escola inclusiva, não se pode entender que as atividades sejam desenvolvidas de maneira exclusiva para um determinado grupo de alunos.

Quanto ao trabalho itinerante do professor capacitado, ele tem como objetivo sensibilizar e orientar a equipe docente de outras escolas quanto aos procedimentos mais adequados para desenvolver os potenciais dos alunos com altas habilidades/superdotação.

### **Marco Teórico**

A Constituição Federal de 1988, em seu Título III, da Ordem Social, quando determina no artigo 208 que deve haver “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, é a lei pioneira em Educação Especial inclusiva, mas também a primeira a limitar o apoio pedagógico especializado somente a alunos com deficiência, pois não abrange neste artigo todos os alunos com necessidades educacionais especiais, mas tem enfoque social.

A Lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente repete no artigo 54, inciso III, exatamente o que já foi dito na Constituição Federal “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Estas leis asseguram a inclusão de alunos na sala de aula do ensino regular da educação básica, mas limitam o atendimento educacional especializado apenas aos portadores de deficiências,



continuando os alunos com outras necessidades educacionais especiais à margem, sem um apoio especializado.

É com a Declaração de Salamanca, em conformidade com a Declaração Universal de Direitos Humanos e com a Declaração Mundial sobre Educação para todos, que se estabelece a estrutura de ação em educação especial:

*[...] o princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças **deficientes e superdotadas...** (grifo meu)*

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. O princípio regulador deveria o de providenciar a mesma educação a todas as crianças, e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim requeiram.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular, até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandido, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo [...].

E ainda com a Lei 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

*Artigo 4º, III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino*

*Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferenci-*

*almente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educativas especiais*

*§ 1º - Haverá, quando necessário, **serviços de apoio especializado**, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (grifo meu)*  
*Artigo 59, II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os **superdotados** (grifo meu);*

Que todos os alunos com necessidades educacionais especiais têm direito assegurado ao atendimento educacional especializado, ao apoio pedagógico especializado, bem como enriquecimento e adaptações curriculares, incluindo os superdotados.

Por isso, na verdade, esses alunos – em escolas que não têm a preocupação da identificação – são rotulados como trabalhosos, indisciplinados ou hiperativos. Muitas vezes, abandonam a escola por falta de motivação ou dificuldades de relacionamento. Se partirmos da definição apresentada na teoria das Inteligências Múltiplas, proposta por Gardner (1994), na qual a inteligência é entendida como um potencial biopsicológico para resolver problemas ou criar produtos reconhecidos pela cultura em que vive este sujeito, é possível afirmar que o potencial deste aluno não se perde, ficando adormecido até que surja uma situação favorável a sua manifestação. No entanto, se o aluno não for estimulado, as altas habilidades/superdotação podem nunca se manifestar. Nesse sentido, tais habilidades seriam desperdiçadas.

A partir dos pressupostos da Teoria das Inteligências Múltiplas, pode-se analisar a relação desta Teoria com as altas habilidades/superdotação e a sua contribuição metodológica para a identificação desta pessoa.

A Teoria das Inteligências Múltiplas pode ser entendida como uma proposta diferenciada para o entendimento da cognição humana que, segundo

Gardner (2000, p.45), pode ser concebida da seguinte forma:

*[...] uma série de faculdades relativamente independentes, tendo relações apenas frouxas e não previsíveis umas com as outras, do que com uma máquina única para todas as coisas com uma capacidade de desempenho constante, independente do conteúdo e contexto.*

Gardner (1999) ressalta que, dentro das ciências naturais e comportamentais, o indivíduo com altas habilidades/superdotação – nomeado pelo autor como extraordinário – não tem merecido um grande interesse da pesquisa, pensamento com o qual concordo plenamente. Tal afirmação pode ser exemplificada com o fato dos poucos estudos publicados na área, muito embora existam alguns pesquisadores sobre o tema, no Brasil. Gardner (1999) aponta os perigos que esta situação pode trazer: O primeiro deles refere-se à convicção de que os sujeitos com altas habilidades/superdotação são espécimes diferenciadas, inexplicáveis pelas leis do comportamento, pensamento e ação; já o segundo, à crença de que estes indivíduos são indistinguíveis de nós em todos os aspectos relevantes.

De acordo com Renzulli (1986), os três traços que compõem os comportamentos de altas habilidades / superdotação são:

- **Habilidade acima da média:** termo utilizado para descrever o potencial de desempenho superior em qualquer área determinada do esforço humano e que pode ser caracterizada por dois aspectos: a habilidade geral e a específica. A habilidade geral consiste na capacidade de processar as informações, integrar experiências que resultem em respostas adequadas e adaptadas às novas situações e a **capacidade** de envolver-se no pensamento abstrato. As habilidades específicas consistem nas capacidades para adquirir conhecimento, destreza e habilidade para o desempenho de uma ou mais atividades especializadas e dentro de uma faixa restrita.
- **Comprometimento com a tarefa:** é uma forma refinada ou focalizada de motivação, que funciona como a energia que é colocada em ação em relação a uma determinada tarefa, problema ou área específica do desempenho. Diz respeito a um grande interesse que o aluno tem sobre algum tema que o faz buscar informações e formas de trabalhá-lo. Algumas palavras frequentemente usadas para definir o comprometimento com a tarefa são perseverança, persistência, trabalho duro, dedicação e autoconfiança.
- **Criatividade:** Renzulli (1986) refere que este terceiro grupo de traços é característico de todas as pessoas com altas habilidades/superdotação. A criatividade envolve aspectos que geralmente aparecem juntos na literatura: fluência, flexibilidade e originalidade de pensamento e, ainda, abertura a novas experiências, curiosidade, sensibilidade e coragem para correr riscos. Vale observar que a criatividade não está, exclusivamente, relacionada à área artística, mas a qualquer área de interesse do aluno. É importante ressaltar que os três anéis não precisam estar presentes ao mesmo tempo e nem na mesma intensidade, mas é necessário que interajam em algum grau para que possa resultar em um alto nível de produtividade.

A interação entre os três anéis ainda é o foco mais importante. Porém, as influências do ambiente são relevantes para que o sujeito com altas habilidades/superdotação desenvolva seu potencial. Portanto, é extremamente necessário o envolvimento da família, da escola e da sociedade neste processo.

Feita a apresentação da teoria dos Três Anéis, cabe perguntar: qual a relação que esta questão tem com as Inteligências Múltiplas? Muitas são as relações que podem ser feitas entre as duas teorias. A principal delas, a meu juízo, se refere ao conceito multifatorial da inteligência. Tanto Gardner quanto Renzulli entendem que a inteligência não é um conceito unitário, mas que se constitui de vários fatores que caracterizam diferentes tipos de inteligência.

Por este motivo, não há um conceito único que defina um tema tão complexo quanto o da inteligência. Uma outra relação que pode ser feita se refere aos procedimentos de identificação. Os dois autores ressaltam a inexistência de uma maneira ideal de se medir a inteligência e a necessidade de se buscar formas que possam mostrar o potencial destas pessoas na própria atividade e não somente em situações tradicionais de testagem. Um último ponto que gostaria de assinalar é que as três características propostas como constituintes da superdotação podem contribuir para definir quem é este sujeito, dentro de cada uma das competências, desde uma abordagem pluralista das inteligências.

Desta forma, para identificar o sujeito com altas habilidades/superdotação na área musical, por exemplo, teriam que ser considerados os indicadores da capacidade acima da média, da criatividade e do comprometimento com a tarefa dentro da área musical. Esta abordagem significa ampliar a visão de identificação destes sujeitos, assim como, implica incluir profissionais de outras áreas nesta ação.

Todavia, é provável que esta abordagem de identificação aponte muito mais crianças com altas habilidades/superdotação, uma vez que considera uma ampla gama de habilidades e não somente aquelas competências tradicionalmente avaliadas pelos testes de inteligência.

Por isto, estes alunos precisam de um serviço de apoio especializado para enriquecimento curricular, motivação e promoção de suas habilidades. E estes alunos serão os futuros pesquisadores, cientistas, artistas, gênios, essenciais ao desenvolvimento da nação.

### **Como as ações podem ser desenvolvidas**

A rede de ensino, da maioria dos municípios brasileiros, de escolas públicas da educação básica, adotou como modo de atendimento educacional especializado a sala de recursos multifuncionais. A partir dessa realidade, as ações apontadas poderão ser desenvolvidas do seguinte modo:

1. Organização dos serviços para o atendimento educacional dos alunos com AH/SD: abertura da escola para a diversificação, proposição de

currículos abertos e propostas curriculares diferenciadas;

2. Identificação dos alunos com AH/SD: em primeiro lugar é imprescindível saber, através de procedimentos de identificação destes alunos: Quem são esses alunos? Como identificá-los? Quais estratégias adotar para a identificação destes alunos na escola? Quais os objetivos dessa identificação? Em que esta identificação deve estar baseada?

A escola pode buscar suporte no Núcleo de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação para esta ação, mas o processo de identificação deverá ser realizado por um profissional capacitado na área de AH/SD utilizando um conjunto de procedimentos que possibilitem uma visão integral do aluno considerando as diferentes áreas da inteligência. O tipo de identificação que abrange estes procedimentos é a identificação pela provisão, cujas capacidades dos alunos serão apresentadas como pontos fortes e que precisam ser melhorados. O professor deverá colher dados para a identificação com a família, na interação entre os colegas do próprio aluno, do professor regente da sala de aula, dos demais professores e profissionais da escola.

Recursos que podem ser utilizados nesta identificação:

- Ficha de observação do professor regente;
- Questionários com indicadores de comportamentos característicos nas altas habilidades/superdotação, dirigidos aos pais e professores;
- Instrumentos para auto-indicação do aluno;
- Entrevistas semidirigidas com o próprio aluno, familiares, colegas, professores;
- Elaboração/organização do **portfólio** do aluno;
- Discussão com a equipe de docentes e profissionais da escola, como forma de integrar estes diferentes “olhares”;
- Elaboração de um Parecer Pedagógico apontando os pontos fortes e fracos do aluno e formas de atendimento educacional;
- Indicação de estratégias para o atendimento educacional; e,
- Definição da forma de acompanhamento dos comportamentos com indicadores de altas ha-



bilidades/superdotação (frequência, consistência e intensidade).

3. Adaptações curriculares e flexibilização das metodologias de ensino: flexibilização dos processos de ensino-aprendizagem, dos critérios e procedimentos pedagógicos, oferecimento de propostas metodológicas que favoreçam mais o pensar do que o reproduzir conceitos prontos, proposição de projetos, resolução de problemas, atividades desafiadoras, experiências estimulantes. Proposição de currículos abertos e propostas curriculares diferenciadas, adaptação da resposta educacional às diferentes características e necessidades dos alunos. Três elementos devem ser modificados para que a adaptação ocorra: a organização da sala de aula, as atividades planejadas e a metodologia de ensino. Acima de tudo deve-se haver uma preocupação do professor em inovar a tarefa educativa e variar os recursos utilizados. Exemplos de atividades: gincanas, feiras de artes, de ciências, concursos, seminários, experiências, pesquisas, elaboração e execução de projetos. Mas todas as propostas de atividades devem ser estendidas a todos os alunos, para que se despertem habilidades e talentos;
4. Garantia dos recursos necessários;
5. Estabelecimento de parcerias: serviços de apoio, inclusão de profissionais de outras áreas, centros de referência, Núcleo de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/SD) ;
6. Apoio de um professor capacitado na área de AH/SD para o apoio especializado: este professor pode ser um profissional do NAAH/SD ou um professor de educação especial lotado na escola;
7. Oferecimento de uma modalidade de atendimento educacional especializado aos alunos com AH/SD: o atendimento educacional deve envolver a família em todas as fases do proces-

so e ser articulado com outras áreas como a cultura, trabalho, assistência social, ciência e tecnologia, entre outras;

A sala de recursos é a modalidade escolhida pela maioria das escolas municipais brasileiras, independente da necessidade educativa especial do aluno, contudo menos da metade das escolas possui uma dessas salas, ou sequer um apoio especializado. A proposta é que cada uma das escolas disponha de um espaço com um professor especializado para atender aos alunos em horário contrário de suas aulas, onde eles tenham um espaço para desenvolver seu potencial e receber enriquecimento curricular

8. Capacitação do professor regente da classe comum é outra ação que se faz necessária, mas é de responsabilidade de instâncias superiores: formação continuada de professores especializados.

Com estas mudanças na organização da escola, os alunos, os professores, os familiares, a comunidade, enfim, toda a comunidade escolar será beneficiada.

Essas não são ações que podem ser desenvolvidas em curto espaço de tempo. Em razão da novidade, inexperiências e falta de profissionais capacitados, pode levar dois, três ou quatro anos para que as ações sejam desenvolvidas. Todavia, se as escolas públicas da educação básica acatarem a idéia e estiverem dispostas a refletir acerca de seu projeto pedagógico tendo em vista a mudança e a inclusão não só de deficientes físicos, mas também abrir o olhar para os alunos que apresentam outras necessidades educativas especiais, como os com altas habilidades/superdotação e suas ações forem consistentes e persistentes, as ações acontecerão e se desenvolverão, visto que esta é uma necessidade real que enfrentamos hoje em nossa política educacional.

### **Resultados esperados**

Implementar essas ações depende de adaptações curriculares de pequeno e grande porte, pois abrange toda a rede municipal de escolas públicas da educa-

ção básica. Este plano pode ser piloto e, através de uma experiência em uma escola, ser expandido em outras; também o deve ser refletido por cada uma das secretarias municipais e estaduais de educação.

Sabendo-se que os envolvidos obterão benefícios – tais como a inserção efetiva dos alunos com altas habilidades/superdotação nas classes regulares de ensino, satisfação e permanência do aluno na escola, desenvolvimento do potencial dos alunos –, é possível ratificar que também a comunidade será favorecida, pois esses alunos podem usar suas altas habilidades para ajudar nos problemas do grupo ao qual estão inseridos.

É imprescindível que o NAAH/S supervisione, no princípio, e entre como suporte na execução da ação de identificação, acompanhando a realização das atividades da forma como foram planejadas, sabendo que o prazo é aberto.

O professor especializado será responsável por dirigir as ações, mas elas devem ser executadas por toda a comunidade escolar, discutida e avaliada a cada etapa do projeto.

### Considerações finais

Finalmente, é no entrelaçamento da educação básica, da educação especial e da proposta de educação para todos, nas suas dimensões relacionadas às políticas públicas educacionais, à formação de professores e às práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais – superdotada, com altas habilidades/talentosa – seja implementado.

Com base na complexidade do ato educativo, considera-se que são necessários modelos de formação de professores, cujos conteúdos estejam orientados para as exigências do conhecimento disciplinar e interdisciplinar da educação especial, tanto em sua dimensão teórica como prática, promovendo e facilitando o uso de metodologias e estratégias didáticas, que gerem modos de pensamento e ação, próprios a profissionais críticos-reflexivos, capazes de trabalhar coletivamente.

Tudo isso configura um conjunto de relações e circunstâncias complexas e diversificadas, que demandam políticas públicas condizentes e coerentes. Não se pode esquecer que essa complexidade educacional é sempre singular e contextual, isto é, ocorre sempre em situações específicas, já que os alunos são todos diferentes uns dos outros.

### REFERÊNCIAS

#### Livros, revistas, documentos e programas

- ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação especial, 2006.
- ANTIPOFF, H. **A educação do bem-dotado.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPES, 1992.
- ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/superdotação.** Brasília: MEC/SEESP, 2005. (Saberes e práticas da inclusão, vol. 5).
- BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Adaptações curriculares de grande porte.** Brasília: MEC/SEESP, 2000. (Projeto escola viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais. Vol. 5)
- BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de educação especial. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos.** Brasília: MEC/SEESP, 1995.
- BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Educação inclusiva: direito à diversidade – documento orientador.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Identificando e atendendo as necessidades educacionais especiais dos alunos**

**com altas habilidades/superdotação.** Brasília: MEC/SEESP, 2002. (Projeto escola viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Série 2, vol. 1).

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação:** documento orientador. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação fundamental. Secretaria de educação especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Saberes e práticas da inclusão.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GARDNER, H. **Estruturas da mente: a teoria das Inteligências Múltiplas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GARDNER, H. **Inteligência: um conceito reformulado.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Inteligências Múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mentes extraordinárias:** perfis de 4 pessoas excepcionais e um estudo sobre o extraordinário em cada um de nós. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do; SANTOS, Idê Borges dos. (coord. geral). **Altas habilidades/superdotação.** Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Saberes e práticas da inclusão, educação infantil, vol.9)  
PERÉZ, S. G. B. **Gasparzinho vai à escola.** Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação).

Faculdade de Educação – PUCRS, Porto Alegre: PUCRS, 2004.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo, e Windt, Márcia Cristina Vaz dos Santos. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988.** 18 ed. São Paulo: editora Saraiva, 1998.

RENZULLI, Joseph. **O que é esta coisa chamada Superdotação e como a desenvolvemos?** Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação, n° 1, v.52, p.75-131, jan./abr., 2004. (Revista editada pela Faculdade de Educação da PUCRS). Disponível online em: <http://caioba.pucrs.br/faced/ojs/viewarticle.php?id=6&layout=abstract>. Acesso em 11 fev 2007.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em : <http://www.portalmeec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 11 fev 2007.

#### Leis

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – Artigos: 205, 206, 208 incisos III e IV e 213 inciso I. Decreto N° 3.956, de 08 de outubro de 2001.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do adolescente. Cap. IV, artigo 54, inciso III

Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - das diretrizes e bases da educação nacional. Cap. V.

Parecer n. 17 de 03 de julho de 2001.

Plano nacional de educação – Cap. 8 que trata da educação especial.

Resolução do Conselho Nacional de Educação 02/2001.

#### Sites

[www.brasil.gov.com.br](http://www.brasil.gov.com.br)

[www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)

[www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil)

[www.portalmeec.gov.br/seesp](http://www.portalmeec.gov.br/seesp)

[www.talentocriativo.com.br](http://www.talentocriativo.com.br)

#### Sobre a autora:

Licenciada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe, pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade São Luís de França, professora na rede municipal de ensino de Laranjeiras-SE.